

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Quilombagem e Escola: Da Memória à História Pública

Quilombagem and School: From Memory to Public History

Quilombagem y Escuela: De la Memoria a la Historia Pública



Francisca Pini

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil,
francisca.pini@unifesp.br



Diana Mendes Machado da Silva

The New School, Nova York, Nova York, Estados Unidos da América,
dmendesmachadodasilva@gmail.com

Resumo: Este artigo aborda um relato de experiência de um projeto de extensão articulado com a curricularização da extensão no Curso de Serviço Social da Unifesp. A ideia do quilombo como um conjunto de premissas e ações de uma proposta que articula uma ação contínua: compreendido como um espaço-tempo de formas complexas e artesanais de organização política, o quilombo figura como um modelo de ação para articular Universidade, Educação Básica e Sociedade Civil como contribuição ao cumprimento da Lei 10639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. O projeto articula a noção de aliança entre instituições públicas e movimentos sociais, além da perspectiva do protagonismo negro do pós-abolição para alimentar a escrita e o ensino de

uma História que, ao se propor mais pública, democrática e afrocentrada, também se coloca em movimento. Em diálogo com autoras como Gomes (2003), Gonçalves (2008) e Nascimento (2022), as quais fundamentam teoricamente a práxis político-pedagógica. Ele objetiva formar extensionistas para atuar com o movimento negro na recomposição das histórias de pessoas que construíram e constroem Santos, mas não tiveram até aqui suas contribuições reconhecidas como parte da história da cidade. Esse conteúdo é compartilhado com as escolas para que haja a articulação com o projeto político pedagógico. Os resultados parciais aqui apresentados evidenciam o potencial da extensão para contribuir com a práxis antirracista na Baixada Santista por meio da sistematização e da visibilidade de outras epistemologias.

Palavras-chave: Educação básica. Extensão universitária. História e Cultura Africana. Movimentos negros.

Abstract: This article presents an experience report of an extension project linked to the curricularization of extension in the Social Work Program at Unifesp. The quilombo is a set of premises and actions within a proposal that articulates a continuous action: understood as a space-time of complex and artisanal forms of political organization, the quilombo appears as a model of action for linking universities, basic education, and civil society as a contribution to compliance with Law 10639/03, which establishes the mandatory teaching of African and Afro-Brazilian history and culture. The project articulates the notion of an alliance between public institutions and social movements, as well as the perspective of Black protagonism in the post-abolition period, to foster the writing and teaching of a history that, by proposing itself as more public, democratic, and Afrocentric, also sets itself in motion. In dialogue with authors such as Gomes (2003), Gonçalves (2008), and Nascimento (2022), which theoretically underpin

political-pedagogical praxis. The aim is to train extension professionals to work with the Black movement in reconstructing the stories of people who built and continue to build Santos, but whose contributions have not yet been recognized as part of the city's history. This content is shared with schools to ensure coordination with the political-pedagogical project. The partial results presented here highlight the potential of extension to contribute to anti-racist praxis in Baixada Santista through the systematization and visibility of other epistemologies.

Keywords: African and Afro-Brazilian history and culture. Basic education. Black movements. University Extension.

Resumen: Este artículo presenta un informe de experiencia de un proyecto de extensión vinculado a la curricularización de la extensión en el Programa de Trabajo Social de la Unifesp. El quilombo es un conjunto de premisas y acciones dentro de una propuesta que articula una acción continua: entendido como un espacio-tiempo de formas complejas y artesanales de organización política, el quilombo aparece como un modelo de acción para vincular universidades, educación básica y sociedad civil como contribución al cumplimiento de la Ley 10639/03, que establece la enseñanza obligatoria de la historia y cultura africana y afrobrasileña. El proyecto articula la noción de una alianza entre instituciones públicas y movimientos sociales, así como la perspectiva del protagonismo negro en el período posterior a la abolición, para fomentar la escritura y la enseñanza de una historia que, al proponerse como más pública, democrática y afrocéntrica, también se pone en movimiento. En diálogo con autores como Gomes (2003); Gonçalves (2008) y Nascimento (2022), que fundamentan teóricamente la praxis político-pedagógica. El objetivo es formar profesionales de la extensión para trabajar con el movimiento negro en la reconstrucción de las historias de quienes construyeron y continúan construyendo Santos,

pero cuyas contribuciones aún no han sido reconocidas como parte de la historia de la ciudad. Este contenido se comparte con las escuelas para asegurar la coordinación con el proyecto político-pedagógico. Los resultados parciales que se presentan aquí resaltan el potencial de la extensión para contribuir a la praxis antirracista en la Baixada Santista mediante la sistematización y la visibilidad de otras epistemologías.

Palabras clave: Educación básica. Extensión universitária. Historia y cultura africana y afrobrasileña. Movimientos negros.

Data de submissão: 01/12/2024

Data de aprovação: 30/12/2025

A invisibilidade está na raiz da perda da identidade.

Beatriz Nascimento

Apresentação

Vinte e dois anos após a promulgação da Lei 10.639/2003, segue desafiadora a tarefa de fazer da História e Cultura Africana e Afro-brasileira um conhecimento presente e significativo entre professores/as e estudantes da Educação Básica. Embora o interesse pela temática não tenha cessado de aumentar nos últimos anos, gerando novos cursos, disciplinas, pesquisas e livros, é ainda comum a queixa de que essas produções pouco “chegam” à Educação Básica e, “se chegam, não são assimiláveis ou abordáveis entre crianças e jovens”. É também recorrente a afirmação de que os saberes construídos sobre a temática nas escolas, entre educadores e estudantes, pouco circulam no universo acadêmico.

Embora os documentos normativos do Conselho Nacional de Educação proponham parcerias entre escola, universidade e sociedade civil como forma de contribuir para “o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira” (Brasil, 2004, p.3), o período que se seguiu à publicação das normas demonstrou a necessidade de ações complementares para a efetiva realização de seus

princípios. Desde então, multiplicam-se as investigações sobre escolhas curriculares e metodologias de ensino em um esforço coletivo para subsidiar ações institucionais relacionadas ao tema (Abreu; Carvalho Filho; Almeida; 2012). O resultado dessas pesquisas não surpreende: a formação de professores é considerada a ação mais eficaz para alcançar os objetivos expressos na lei (Coelho, 2018), sendo a escola o local preferencial para sua realização. Isso porque não se trata simplesmente de conscientizar indivíduos, mas de implementar práticas institucionais ao mesmo tempo coletivas e estáveis.

Se a escola figura como o ponto de partida para o trabalho curricular, é porque nela se dão as tensões entre poder e participação política (Bittencourt, 2018) que respondem pela configuração de conteúdos e sua distribuição em disciplinas escolares. Assumir uma perspectiva humanista, antirracista e de participação efetiva face ao Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica exige, pois, ações mais articuladas do que listar possíveis datas comemorativas ou difundir o tema entre aqueles educadores, segmentos ou modalidades de ensino mais engajados ou sensíveis. Quando o objetivo é ampliar seu potencial formativo junto a docentes, estudantes e comunidade escolar, faz-se necessário aproximar a temática da escola como um todo, contemplando a questão nos Projetos Político-pedagógicos,

nos Planos Estratégicos de Ação e nos Processos Curriculares deles decorrentes.

É em face dessa perspectiva que o presente relato de experiência busca descrever tanto apresentar tantas premissas que deram origem ao projeto de extensão **“Quilombagem e escola: da memória à história pública”**, quanto as ações desenvolvidas entre 2022 e 2023 envolvendo o Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Secretaria de Educação de Santos (Seduc) com as escolas parceiras, além do movimento negro santista. Busca-se evidenciar a importância da aliança entre instituições, movimentos sociais e ativistas na política de educação, sobretudo no que se refere à educação para as relações étnico-raciais, na efetivação da Lei 10.639 bem como o potencial de inovação dessa aliança, considerando a adesão das dezenove escolas nesse processo.

A primeira premissa deste relato está inscrita no título deste artigo. O neologismo, criado pelo acréscimo do sufixo *agem* à palavra *quilombo*, visa indicar uma ação contínua: agir ou viver com base na experiência do quilombo. Aqui compreendido como um espaço-tempo de formas complexas e, ao mesmo tempo, artesanais de organização política, como afirmou Beatriz Nascimento (2022), o quilombo figura como um modelo de ação. Nele, a memória, sempre viva e em reformulação, é convocada a

alimentar a escrita de uma História que, ao se propor mais pública e democrática, também se coloca em movimento.

I. Além dos limites curriculares: o potencial formativo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira dos séculos XX e XXI

A segunda premissa relaciona-se ao potencial formativo da História enquanto área de conhecimento. Se parte fundamental desse potencial depende, como afirmam os documentos oficiais que regem o ensino da História no Brasil, do reconhecimento das particularidades espaciais e temporais de fenômenos sociais, bem como de seus agentes, faz-se necessário problematizar os parâmetros de produção desse conhecimento. Se a maneira como a chamada “História oficial” tem sido configurada invisibiliza, apaga, esquece ou nega experiências negras,¹ parece absolutamente necessário reorientar estes parâmetros para que a história e cultura africana e afro-brasileira se tornem, de fato, parte da narrativa que (se) conta. O antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot foi um dos primeiros intelectuais a desenvolver essa perspectiva. Em **Silenciando o Passado**, ele alertou que certas conceituações da história:

¹No artigo *DEF-P? Outlining and Addressing Insidious Canadian Anti-Black Racism*, o Prof. Dr. Handel Wright, da Universidade de British Columbia, em Vancouver, descreve quatro operações historiográficas do racismo antinegro no Canadá perfeitamente aplicáveis à realidade brasileira. O artigo, traduzido para o português, é fruto da participação do professor no Colóquio Colonialidade, Racialidade, Punição e Reparação nas Américas (Séc. XIX-XXI) no Instituto de Estudos Avançados da USP e será publicado em breve.

tendem a privilegiar um dos lados da historicidade em detrimento do outro; que a maioria dos debates sobre a natureza da história, por seu turno, saltam de uma a outra versão dessa unilateralidade; e que essa unilateralidade só é possível porque a maioria das teorias da história são construídas sem que se dê muita atenção ao processo de produção de narrativas históricas específicas. (2024, p. 37)

Frantz Fanon (2008), por sua vez, descreve alguns dos efeitos políticos e culturais dessa unilateralidade em **Pele negra, máscaras brancas**. Para o autor, o **essencialismo** que aproxima, de maneira frequente e estática, negritude e escravidão é um de seus efeitos mais perversos. Em razão deste tipo de associação, esquece-se, por exemplo, de que a trágica história da escravidão pertence a toda a humanidade e não apenas às pessoas de pele negra. Assim como, na mesma medida, as histórias do Holocausto, do pensamento grego, da música ou das ciências também fazem parte da experiência negra. Para o autor, esse tipo de operação essencialista tem um claro objetivo político: manter vigentes as desvantagens geradas pelo racismo diante das inúmeras disputas simbólicas e materiais do presente.

Neste sentido, sem deixar de reconhecer a importância de contar a história da colonização e da escravidão no Brasil, sobretudo à luz das pesquisas que evidenciam os modos de vida e as lutas das pessoas que foram escravizadas, nossa proposta se volta para a História e Cultura Afro-brasileira do pós-abolição. Primeiramente,

para reafirmar que a História e a Cultura Africana e Afro-brasileira não se limitam ao período escravista, mas exigem “olhares sobre sua experiência em outros tempos e espaços” (Lima, 2012).

Em segundo lugar, porque as experiências de afro-brasileiras e afro-brasileiros no período do pós-abolição não representam mera “contribuição” à formação do Brasil contemporâneo, mas são, antes, centrais neste processo, haja vista o percentual de pessoas negras (pretas e pardas) na população brasileira: 56%, segundo o censo de 2022, do IBGE. Desse modo, não se pode compreender adequadamente a História do país sem reconhecer a presença e o protagonismo de africanos e afro-brasileiros nessa construção.

Assim, ao se observar temporalidades, lugares e modos de vida de pessoas negras na cidade de Santos, emergiu também um terceiro e importante aspecto. Pois Quintino de Lacerda, Maria Patricia Fogaça (in memoriam), Esmeraldo Tarquínio, Alzira dos Santos Rufino (in memoriam), Edson Arantes do Nascimento (in memoriam), Helena Monteiro da Costa (in memoriam), Maria Augusta de França Oliveira, Bartolomeu Pereira de Souza, Julio Evangelista e Débora Maria da Silva são apenas algumas das pessoas que, ao se tornaram políticos, ativistas, intelectuais, músicos, atrizes, jogadores de futebol, pugilistas, carregadores, chefes religiosos, enfermeiras, engraxates, cozinheiras, jornalistas, dançarinos ou professoras,

construíram e seguem construindo, material e simbolicamente, a cidade de Santos (Domingues, 2019; Lanna, 1996). Por essa razão, suas trajetórias, preservadas pela memória, precisam ser urgentemente incorporadas às narrativas históricas oficiais destinadas à formação de estudantes da rede municipal de educação de Santos.

Conhecer e difundir histórias dessas e de tantas outras personalidades negras é parte fundamental do trabalho de reparação histórica que tem sido exigido no país. Por meio delas, não apenas estudantes, mas também educadores e comunidades escolares podem entrar em contato com novas dimensões de suas trajetórias ao colocarem em perspectiva (e em relação) experiências, temporalidades e espacialidades que ampliam e aprofundam sua conexão com o presente. Neste processo, histórias individuais e coletivas ganham maior densidade e um aporte de novos significados, algo fundamental nos processos de subjetivação e de configuração de identidades.

II. Aliados na construção da história pública como valor fundamental na experiência educacional

Se há consenso de que a formação docente é a ação mais completa e eficaz para a realização dos princípios expressos na Lei Federal 10.639/2003, professoras(es) e

outros profissionais da educação são aqui compreendidos como os principais sujeitos na promoção do direito ao acesso à História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Neste sentido, ao serem responsáveis pela **execução** da lei, precisam compreender e concordar com seu sentido, caso contrário, encontrarão meios de se desonerar de sua realização sem grandes dificuldades (Azanha, 2004; Nóvoa, 2019). Educadoras e educadores são, portanto, sujeitos e não meros executores das propostas governamentais e a escola figura como o espaço onde tais propostas se concretizam. Aliás, é na escola que se realiza a real formação de educadores, quando são convocados a mobilizar os conhecimentos de sua formação inicial em meio à dinâmica escolar, na partilha de experiências, tempos e espaços com colegas e com estudantes. No exercício cotidiano de ouvir, trocar ideias e tomar decisões político-pedagógicas, articulam intersubjetivamente princípios, valores e planos de trabalho em um processo ininterrupto de formação continuada.

Assim, pensar o potencial formativo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira dos séculos XX e XXI implica considerar os agentes da escola, dinâmicas e especificidades institucionais, ou seja, todos os elementos que forjam sua cultura escolar (Azanha, 1995; Julia, 1995). Reconhecer que o trabalho docente não se limita ao cumprimento de programas, mas inclui a proposição de conteúdos e disciplinas oriundos de escolhas pessoais e o

diálogo com os objetivos presentes no projeto pedagógico da instituição, ou seja, depende da relação entre "fatos e ideias, mentes e corpos, objetos, comportamentos, maneiras de pensar, dizer e fazer" (Frago, 1995, p.68). Cabe salientar que também a comunidade escolar, as famílias e a sociedade civil integram a cultura escolar e, nessa medida, figuram como parte substancial do processo formativo e da proposta aqui apresentada.

É por considerar essas especificidades que a noção de pesquisa aqui mobilizada se distancia da noção de experimentação científica que se baseia na tentativa de comprovar hipóteses ou teorias em abstração de especificidades culturais. Ao contrário, busca-se aqui:

incentivar a elaboração e a execução de projetos de formação docente permanentemente reformulados em face da eventual alteração de condições específicas. Esse conceito tem o seu fundamento no princípio constitucional do "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas" [...] que busca determinar a coerência e a exequibilidade de um particular programa formativo, organizado a partir de algumas ideias centrais. Essas ideias não são hipóteses, mas decisões valorativas e valores não são postos à prova por meio de pesquisas, mas escolhidos no quadro de tradições culturais. (Azanha, 2006, p. 50)

Nesse sentido, além de contribuir para o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira dos séculos XX e XXI, o projeto busca promover a experimentação educacional por meio da escrevivência, termo cunhado por Evaristo (2020) o qual articula vivência e experiência, para sistematizá-lo e torná-lo público. Essa

sistematização só tem sido possível, pelo fato do compromisso assumido pela universidade por meio da extensão, profissionais da educação básica, e movimento social negro. Sob o pressuposto de que todos esses segmentos possuem saberes, responsabilidade e protagonismo, a proposta acompanha o parecer CNE/CP 003/2004² e demonstra os benefícios de construir coletivamente uma ação educacional a partir de um diálogo afrocentrado com a História de Santos e de difundir os saberes dela decorrentes entre as instituições envolvidas. Acredita-se que respeitar as formas de trabalho e a cultura de cada uma dessas instituições constitui uma maneira de fortalecer perspectivas como a de territórios negros, currículos locais, metodologias ativas e, principalmente, de educação antirracista.

III. Dos conceitos às ações: quando Universidade, Sociedade Civil e Escola se encontram

² Neste parecer, o Conselho Nacional de Educação, em seu quinto artigo, sugere que: “os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos AfroBrasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos, planos e projetos de ensino” (Brasil, 2004, p. 19-20).

A elaboração desta proposta surgiu da necessidade institucional do curso de Serviço Social da Unifesp de curricularizar extensão a partir da unidade **“Formação Sócio-Histórica do Brasil”**. Atendendo ao princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e seguindo as orientações da resolução 07/2018 do Ministério da Educação que compreende a extensão na Educação Superior como uma atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, a unidade curricular foi organizada de modo a oferecer referências africanas e afro-brasileiras para a compreensão da formação sócio histórica do país.

Primeiramente, buscou-se analisar o processo de construção de uma identidade nacional brasileira por décadas assentado na noção de “democracia racial”. Este recorte visava desafiar os estudantes a cotejar criticamente essa perspectiva em meio ao diálogo com novas perspectivas para a História do Brasil e para a História local de Santos.

As leituras de **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira** (Gonzalez, 1984) e **Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira** (Munanga, 2010) figuraram como a preparação para uma visita aos territórios que abrigaram quilombos urbanos em Santos durante o século XIX. Na companhia de Augusta de França, idealizadora das caminhadas afro turísticas na cidade, e de Bartolomeu Pereira de Souza, referência do Movimento Negro de

Santos,³ fomos conduzidas a lugares de resistência, de trabalho e de novas identidades socioculturais assumidas por pessoas negras no período do pós-abolição santista (Lanna, 1996).

A saída proporcionou uma compreensão ampla sobre o papel de pessoas escravizadas, libertas e livres no processo de urbanização de Santos, bem como na disseminação de noções como liberdade e igualdade, centrais na configuração de contextos sócio-políticos contemporâneos. As experiências nos quilombos do Jabaquara, Pai Felipe e Santos Garrafão⁴ também elucidaram o papel da imaginação e das narrativas ficcionais e não-ficcionais na produção de um repertório para uma História pública e afrocentrada da cidade, uma vez que os

³Augusta França é ativista do Movimento Negro há 30 anos. Idealizadora do TurMochilando Afro Culturas onde atua com Afroturismo realizando a **“Caminhada dos Quilombos Históricos de Santos do Século XIX”**, mensalmente desde 2022 e a **“Caminhada Afroturismo na Zona Noroeste de Santos”**. Com objetivo de oferecer ao público interessado nesse segmento, roteiros turísticos com narrativas sobre fatos históricos referente a vida da população negra na cidade de Santos, no período em que essas se encontravam nas condições de escravizados e no período pós abolição. Bartolomeu Pereira de Souza (Bartô) tem 75 anos. É escritor, poeta e militante nas causas da Cidadania e contra o racismo. Em 2021, Bartô foi homenageado em reconhecimento pela atuação em defesa da integração racial visando uma sociedade justa e igualitária, pelo Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e Promoção de Igualdade Racial. Em 2023, foi homenageado pela Câmara Municipal de Santos, com o Título de Cidadão Santista, em reconhecimento a sua atuação em defesa da Cidadania e contra o racismo.

⁴Fundado em 1882, o Quilombo do Jabaquara localizava-se próximo ao Morro do Bufo. Liderado por Quintino de Lacerda, negro alforriado, o quilombo abrigou por volta de 10 mil escravizados fugidos das fazendas do interior do Estado. Localizado ao pé do Monte Serrat, o quilombo do Pai Felipe é assim chamado em homenagem a seu fundador que também foi o precursor do carnaval de rua de Santos. O quilombo do “Santos Garrafão” e de sua companheira, a ex-escravizada Brandina, localizava-se próximo ao porto, na região central da cidade e servia como ponto de comunicação para abolicionistas e os demais quilombos da cidade.

territórios destes quilombos ainda carecem de reconhecimento oficial e de delimitação física por parte das autoridades.

Aqui compreendida como um campo em amplo desenvolvimento, a História Pública aponta para uma participação mais ativa e compartilhada da sociedade civil na produção historiográfica, em que:

[O]s historiadores não simplesmente divulgam o conhecimento para o público, mas devem trabalhar em conjunto com as pessoas comuns. O passado seria reconhecido como o terreno social em constante mudança, e os historiadores e o público deveriam cooperar e trocar ideias de modo a que sua expertise pudesse satisfazer as necessidades, desejos e conhecimento cultural". (Malerba, 2017, p. 10)

Ora, tendo em vista que a transmissibilidade da experiência negra desafia os cânones da historiografia, uma vez que nunca foi suficiente ou adequadamente explorada, a História Pública, mais conectada às demandas da sociedade, figura como um campo mais fértil para acolher a memória e fomentar os debates acerca da produção de uma História que leve em conta a Cultura Africana e Afro-brasileira.

Assim, após verificarmos o impacto no aprendizado da saída a campo, o projeto de curricularização da extensão foi elaborado como uma forma de estender a crianças e jovens da educação básica uma formação participativa, que valorize a atuação da sociedade civil na definição dos saberes sobre a história da cidade, articulada

ao trabalho docente na organização escolar desses conhecimentos.

O contato e a parceria com a Secretaria de Educação de Santos (Seduc) e com escolas como a UME Olavo Bilac e a UME Irmão José Genésio, não foram, pois, mero acaso. Duas das primeiras escolas a aderir à proposta, elas se localizam na região dos Morros, para onde grande parte da população negra, que antes habitava o centro, foi deslocada na primeira metade do século XX (Mello, 2008). A localidade possui dados de expressiva desigualdade social e econômica, ao mesmo tempo em que abriga a fascinante história de ter sido o berço do movimento Hip-Hop da Baixada Santista (Cancellato, 2019). As escolas possuem, ainda, parcela significativa de estudantes negras e negros da região, situação que justifica a necessidade de ampliação do conhecimento escolar para acolher, construir e ensinar as histórias africanas e afro-brasileiras da cidade.

Assim, diante da aproximação da Universidade e da Seduc com tais realidades e necessidades, o projeto foi organizado em quatro eixos complementares: a) Formação de estudantes da Unifesp, na Baixada Santista e no contexto da curricularização da extensão; b) Formação continuada de docentes da Educação básica; c) Processos Curriculares voltados à construção de um currículo interdisciplinar com base em na História e Cultura Africana e Afro-brasileira, da História Local e da História Pública; d) Produção de

conteúdos e materiais com vistas à partilha dentro e fora da comunidade escolar.

Desde então, os quatro eixos têm sido desenvolvidos de maneira contínua e complementar, junto a um conjunto de escolas parceiras, com os objetivos de:

- promover e difundir saberes acadêmicos em História e Cultura Africana e Afro-brasileira dos séculos XX e XXI sob o enfoque do protagonismo negro com vistas a atender à Lei 10639/03. Para tanto, o eixo mobiliza um núcleo de saberes relacionados à História local e à História Pública;
- estabelecer uma aliança entre escolas de Educação Básica, Universidade e Sociedade civil para a construção de práticas de formação continuada e de processos curriculares inovadores, com vistas a transformá-las em saberes passíveis de circulação e de difusão públicas.

IV. Caminhos metodológicos

O caminho metodológico deste trabalho fundamenta-se na educação popular e em epistemologias que buscam evidenciar o conhecimento referente à população afro-brasileira e africana. A História Africana e Afro-brasileira deveria integrar os currículos escolares para “ênfatar nossa presença neste mundo que modela a civilização do futuro. Civilização aberta a todos os eventos da existência humana, livre de exploradores e explorados”

(Nascimento, op. cit., p.137). As intelectuais negras, como Beatriz Nascimento (2008) e Bell Hooks (2017) construíram um legado teórico para que a história da população negra pudesse ser contada a partir de suas produções no campo da arte, da ciência, da política e não somente das dores do processo de escravização.

Nesse contexto, para recompor as histórias locais, recorreremos a intelectual Evaristo (2020), com o conceito de escrevivência. "Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo." (Evaristo, 2020, p. 35). As rodas de memórias tornaram pública a inscrição das histórias das personalidades locais.

Cronologicamente, o trabalho foi iniciado pelo eixo **Formação de estudantes da Unifesp na Baixada Santista** a partir da unidade curricular **"Formação Sócio-histórica do Brasil"**. Afora a oferta das referências bibliográficas já mencionadas, foram realizadas visitas aos territórios dos quilombos urbanos de Santos no 2o semestre de 2022 e no 1º semestre de 2023:

Imagem 1. Estudantes em frente ao busto de Quintino de Lacerda.
Santos 20/05/2023.



Autoria: Héric Moura.

Imagem 2. Estudantes com Augusta de França e Bartolomeu Pereira no território do Quilombo do Jabaquara. Santos 20/05/2023.



Autoria: Héric Moura.

A segunda ação deste eixo foi realizada em novembro de 2023, durante a Semana de Consciência Negra da Unifesp, ao reunir representantes da Seduc, o ativista Bartolomeu Pereira, a extensionista Flávia Alexandra e estudantes do campus Baixada Santista em uma roda de conversa para refletir sobre a proposta e as experiências até então desenvolvidas. No evento, foram discutidos o papel da curricularização da extensão na formação discente, bem como ações necessárias à sua ampliação.

A presença da docente e formadora da Seduc Joice Mendes e seu relato sobre as oficinas de turbante que realiza na rede municipal de Santos⁵ estimulou a discussão sobre o papel da identidade negra docente na formação de crianças e adolescentes, tornando conteúdo do projeto o que Nilma Lino Gomes chamou de “responsabilidade social da escola na desconstrução de estereótipos raciais e na valorização do corpo e do cabelo como ícones dessa identidade” (2003). A roda gerou ainda a inscrição de um novo grupo de estudantes para integrar o projeto no ano seguinte.

⁵ [santos.sp.gov.br](https://www.santos.sp.gov.br) **Consciência Negra:** oficina de turbantes encanta crianças em escolas municipais de Santos. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/consciencia-negra-oficina-de-turbantes-encanta-criancas-em-escolas-municipais-de-santos>. Acesso em: 29 ago. 2025.

Imagem 3. Roda de conversa “Quilombagem: da memória à história pública”. Unifesp Baixada Santista, 23/11/2023.



Autoria: Prof. Renan Rocha (Unifesp).

O eixo Formação continuada de docentes da Educação Básica teve início em junho de 2023, com encontros com unidades escolares, visando à adesão dessas unidades ao projeto **Quilombagem**. Em outubro do mesmo ano, foram realizadas as primeiras rodas de memória nas unidades que primeiro integraram o projeto: UME Irmão José Genésio e UME Olavo Bilac, contando com a participação da estudante extensionista Flávia Alexandra, do ativista Bartolomeu Pereira, da Profa. Francisca Pini e da supervisora da Seduc, Joana Patrícia dos Santos Costa.

Além de estabelecerem o primeiro contato com as unidades e de conversarem sobre a importância da Lei 10639/2023, a equipe do projeto levantou, junto às docentes, alguns dos saberes e ações já existentes nas comunidades escolares sobre Cultura e História Africana e

Afro-brasileira. As oficinas de turbantes e os debates itinerantes sobre as obras de referência que ajudam a compreender a experiência negra no Brasil foram apenas algumas das ações realizadas pelas escolas durante o mês da Consciência Negra. Ao final dos encontros, Bartolomeu Pereira ofereceu exemplares do seu livro **Santos, Cidade Libertária**⁶ aos acervos das bibliotecas escolares participantes. O contato com os docentes das escolas foi seguido de um convite para a construção de um roteiro de entrevista para a atividade intitulada **Roda de memória**, com pessoas representativas da contribuição da população negra para a cidade de Santos.

A roda de memória ocorreu no Centro de Aperfeiçoamento Docente da Secretaria de Educação de Santos, em 29 de novembro de 2023. Nela estiveram reunidos representantes históricos dos movimentos negros de Santos e de São Paulo, Bartolomeu Pereira, Augusta de França, Milton Barbosa e Regina Lúcia Santos (fundador e à época coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado), Esmeraldo Tarquínio Neto (ex-vice-prefeito de Santos), docentes e estudantes da Unifesp e representantes da Seduc para compartilhar as histórias de vida de personalidades negras de Santos. O encontro foi gravado

⁶Ver: Santos: cidade libertária. Disponível em:

https://issuu.com/percutindomundos/docs/santos_cidade_libertaria_-_vers_o_issuu

Acesso em: 01 dez. 2023.

pela TV Santos para a produção de um material educacional sobre o projeto em parceria com a TV Escola e a Seduc.⁷

Imagem 4. Roda de Memória - Seduc 29/11/2023.



Autoria: Joana Patrícia.

Após a realização da roda de memória, tornou-se patente a indissociabilidade dos eixos e ações estruturadas para o projeto, pois a roda não contemplou apenas a formação continuada de profissionais da Seduc e a formação de estudantes de graduação da Unifesp. As histórias de vida nela compartilhadas e coletadas também ofereceram o material empírico a ser explorado como conteúdo pedagógico para possíveis projetos

⁷ Ver: Instagram. Reel sobre Santos. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C0SMEPUxo6m/> Acesso em: 29 ago. 2025.

interdisciplinares e aulas com foco na História e na Cultura Africana e Afro-brasileira. Em diálogo com a Universidade, as narrativas coletadas serão organizadas para a construção de um acervo vivo da História negra de Santos e para a elaboração de materiais educacionais sobre ela.

As ações de formação docente devem ter continuidade a partir de palestras seguidas de debate entre profissionais da Educação Básica e docentes da Unifesp. A partir do Centro de Aperfeiçoamento Docente, a Seduc pretende organizar sessões para a realização dessas atividades com número de participantes ampliado aos profissionais da região até o limite da capacidade do auditório. Elas visam promover a circulação de saberes, fomentando a partilha de um universo conceitual comum que atualize reflexões e debates sobre o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira entre Universidade, Educação Básica e Sociedade. Por essa razão, encontros de estudo figuram como estratégia para ampliar o interesse, a preparação e o envolvimento de cada unidade escolar em temáticas como Educação antirracista e promoção da igualdade; Raça e racismo no Brasil; Raça, Gênero e Classe no contexto educacional; A formação da cultura urbana e de periferia em Santos; Territórios negros, Currículo local e a BNCC ou o desafio de construir e de ensinar a História e a Cultura Afro-brasileira dos séculos XX e XXI. Se certificados pela Seduc, os encontros formalizam a ação e subsidiam novas políticas públicas de formação docente. Além disso, a

parceria com a TV Santos e a TV Escola deve gerar um trabalho de edição e de divulgação dos encontros gravados para ampliar seu alcance com a oferta de produtos audiovisuais.

Quanto ao eixo **Processos Curriculares**, vale ressaltar que, para a consecução dessa proposta, as escolas envolvidas se comprometeram a inserir o tema do reconhecimento, valorização e construção da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em seus Projetos Pedagógicos como forma de garantir tempos e espaços para a formação continuada das equipes e para a produção sistemática e coletiva de conteúdo curricular.

Além disso, as equipes escolares vão materializar em aulas e em outras ações pedagógicas o conjunto de intenções e de conteúdo elaborado sobre as temáticas a serem coletivamente definidas. Para auxiliar esse processo autoral, a equipe do projeto prevê ampliar as pesquisas de campo e as oficinas para que as docentes possam seguir experimentando procedimentos de pesquisa em História ao mesmo tempo em que se aproximam de conceitos importantes para a produção dos conteúdos escolares.

Além da temática “histórias e personalidades de Santos” iniciada com a primeira roda de memória do projeto, temáticas relacionadas às linguagens imagéticas e digitais vão oferecer meios que possibilitem novos contatos com o passado e pontos de partida para a construção da história local em novos formatos. Juntamente com o eixo

produção de conteúdos e materiais, os processos curriculares se realizam de forma contínua a partir da adesão individual e coletiva de educadores, bem como de sua vinculação aos projetos das escolas.

O eixo **Produção de conteúdos e materiais** figura tanto como a base para o acompanhamento da proposta como o próprio resultado das ações desenvolvidas. Os registros visuais, orais e escritos dos processos curriculares relacionados ao projeto serão alocados em um site. Aqui entendido como um produto em processo contínuo de ampliação e de reformulação, o site será tanto um repositório de informações quanto uma linguagem a ser utilizada por estudantes, docentes e sociedade civil na construção de uma História pública da cidade de Santos em diálogo com a Secretaria de Educação da cidade.

A entrevista realizada com Helena Monteiro da Costa, personalidade importante da História negra e local de Santos será a primeira a figurar nesse ambiente. Sua história é extremamente representativa, primeiro por sua longevidade, pois, no início do projeto, Dona Helena completou 99 anos em 2023. Ela também era a filha temporã do ex-escravizado Anizio José da Costa, que tinha mais de 90 anos quando ela nasceu. Anizio foi escravizado em Santos e, após a abolição, trabalhou como carregador e ensacador de café até os 108 anos de idade.

Realizada em outubro de 2023, a entrevista foi dedicada a elucidar aspectos da vida cotidiana de Dona Helena a partir de temas como trabalho, religiosidade e, sobretudo, o uso de seu tempo livre. Ao priorizar tais temáticas, procuramos justamente evitar essencialismos e cristalizações associados à redução de sua experiência como última herdeira viva da escravidão. Como mencionado, da escravidão somos todos herdeiros.

Assim, a partir de uma conversa conduzida pelos interesses de Dona Helena tornou-se possível vislumbrar como ela construiu suas relações afetivas, seus ofícios e suas atividades profissionais, bem como contribuiu para o estabelecimento dos tempos e espaços públicos e privados de vivência na cidade de Santos entre os séculos XX e XXI.

A entrevista também revelou os pontos de contato entre experiências negras ao longo de três séculos, tornando urgente a realização de novos encontros e de pesquisas para compreender os modos de ser, estar e resistir criados pelos grupos negros para habitar Santos. Roteiros de estudo de meio para visitar os bairros das escolas, a partir dos quais docentes e estudantes possam identificar lugares, eventos, pessoas e ações significativas para a história local, representam estratégias para essa etapa do projeto. Por essa razão, espera-se que a parceria com a comunidade, famílias, coletivos e movimentos sociais seja entrevista nesses produtos, tal como realizado no curso de Serviço Social da Unifesp.

A produção do site deverá ser seguida pela publicação de um livro com uma síntese deste processo nas escolas. Nele também vão figurar artigos contendo as reflexões das professoras envolvidas, bem como de representantes dos movimentos negros, reafirmando a perspectiva de Pereira (2012) sobre a centralidade de ativistas para a criação de alternativas a conteúdos escolares que invisibilizam as experiências e a participação da população negra na política, economia e cultura nacionais.

Este eixo procura, portanto, garantir a visibilidade de tais experiências por meio de obras que possam inspirar novos ciclos de trabalho sobre as experiências negras na cidade de Santos considerando a perspectiva da autonomia escolar e da aliança entre pessoas e instituições na construção curricular.

Considerações Parciais

O conhecimento produzido nos anos iniciais deste projeto parece suficiente para reafirmar que, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004 e a Resolução 07/2018 é na articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão que a

Universidade pode alcançar os objetivos previstos em seus marcos legais. Ao entrar em contato com os saberes e as demandas escolares e da sociedade civil, a Universidade qualifica e aperfeiçoa suas ações.

No que se refere à História e Cultura Africana e Afro-brasileira, nossa proposta promove a perspectiva do protagonismo negro na formação do país como parte da necessária reparação para reestruturar tanto o Estado quanto a sociedade brasileira em outras bases. Nessa medida, o projeto atende aos princípios da Educação em Direitos Humanos ao oferecer caminhos para formas de subjetivação baseadas em valores mais democráticos e plurais. Apreender o protagonismo da população negra na história de Santos, considerando processos sociais, culturais e econômicos, é, pois, contribuir para a valorização de sua experiência, para o fortalecimento das identidades coletivas e para a construção de estratégias de enfrentamento ao racismo.

Assim, o conhecimento acumulado nos primeiros anos do projeto revela que a participação ativa dos estudantes, docentes e demais profissionais da educação e da sociedade civil potencializa a apropriação crítica do conhecimento histórico e cultural, estimulando o desenvolvimento de metodologias pedagógicas inovadoras e afrocentradas. A circulação de saberes entre Universidade, escolas e comunidade promove uma formação contínua, que ultrapassa o espaço acadêmico, fortalecendo a

educação básica e criando pontes entre memória, história pública e práticas sociais. Os resultados parciais aqui apresentados evidenciam o potencial da extensão para contribuir com a práxis antirracista na Baixada Santista, por meio da sistematização e da visibilidade de outras epistemologias.

Referências

- ABREU, MARTHA CAMPOS; CARVALHO FILHO, SILVIO DE ALMEIDA (ORGS.). **REVISTA HISTÓRIA HOJE**. DOSSIÊ: ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA. ANPUH BRASIL, v. 1, n. 1, JUN. 2012.
- AZANHA, JOSÉ MÁRIO PIRES. SIGNIFICADO DE EXPERIMENTAÇÃO EDUCACIONAL. IN: _____. **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E OUTROS ESCRITOS**. SÃO PAULO: SENAC, 2006. p. 50.
- AZANHA, JOSÉ MÁRIO PIRES. UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA ESCOLA BÁSICA. **EDUCAÇÃO E PESQUISA**, SÃO PAULO, v. 30, n. 2, p. 369-378, MAIO/AGO. 2004.
- AZANHA, JOSÉ MÁRIO PIRES. **EDUCAÇÃO: TEMAS POLÊMICOS**. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1995.
- BITTENCOURT, CIRCE MARIA FERNANDES. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA. **ESTUDOS AVANÇADOS**, SÃO PAULO, v. 32, n. 93, p. 127-149, AGO. 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S010340142018000200127&LNG=EN&NRM=ISO](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142018000200127&lng=en&nrm=iso). ACESSO EM: 14 JAN. 2020. DOI: 10.5935/0103-4014.20180035.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. PARECER Nº 608/2018. DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS DE EXTENSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: SEÇÃO 1, BRASÍLIA, DF, p. 34, 2018A.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018. ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E REGIMENTA O DISPOSTO NA META 12 DA LEI Nº 13.005/2014, DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE 2014-2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: SEÇÃO 1, BRASÍLIA, DF, p. 49-50, 2018B.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. PARECER CNE/CP Nº 3, DE 10 DE MARÇO DE 2004. INSTITUI DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: SEÇÃO 1, BRASÍLIA, DF, p. 11, 19 MAR. 2004.

CANCELLO, THEO DE SÁ GUIMARÃES. **RAP: INSISTÊNCIA, RESISTÊNCIA, (RE)EXISTÊNCIA – RELATOS DE RAPPERS DA BAIXADA SANTISTA**. 2019. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM EDUCAÇÃO) – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS, SANTOS, 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://TEDE.UNISANTOS.BR/BITSTREAM/TEDE/5381/1/THEO%20CANCELLO.PDF](https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/5381/1/Theo%20Cancello.pdf). ACESSO EM: 29 JUN. 2023.

CERTEAU, MICHEL DE. **A ESCRITA DA HISTÓRIA**. RIO DE JANEIRO: FORENSE-UNIVERSITÁRIA, 1982.

COELHO, MAURO CEZAR; COELHO, WILMA DE NAZARÉ BAÍA. AS LICENCIATURAS EM HISTÓRIA E A LEI 10.639/03: PERCURSOS DE FORMAÇÃO PARA O TRATO COM A DIFERENÇA. **EDUCAÇÃO EM REVISTA**, BELO HORIZONTE, v. 34, e192224, 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S0102-314X](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-314X).

CONSTÂNCIA LIMA DUARTE, NUNES ISABELLA ROSADO (ORGS.). **ESCREVIVÊNCIA: A ESCRITA DE NÓS - REFLEXÕES SOBRE A OBRA DE CONCEIÇÃO EVARISTO**. ORGANIZAÇÃO: ILUSTRAÇÕES: GOYA LOPES. 1. ED. RIO DE JANEIRO: MINA COMUNICAÇÃO E ARTE, 2020.

DOMINGUES, PETRÔNIO. **PROTAGONISMO NEGRO EM SÃO PAULO**. SÃO PAULO: SESC, 2019.

FANON, FRANTZ. **PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS**. TRAD. RENATO DA SILVEIRA. SALVADOR: EDUFBA, 2008.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. MANAUS, 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PROEXC.UFU.BR/SITES/PROEX.UFU.BR/FILES/MEDIA/DOCUMENT/POLITICA_NACIONAL_D E_EXTENSAO_UNIVERSITARIA -FORPROEX- 2012.PDF](http://www.proexc.ufu.br/sites/proex.ufu.br/files/media/document/politica_nacional_de_extensao_universitaria_forproex_2012.pdf). ACESSO EM: 20 NOV. 2023.

GOMES, NILMA LINO. EDUCAÇÃO, IDENTIDADE NEGRA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS: UM OLHAR SOBRE O CORPO NEGRO E O CABELO CRESPO. **EDUCAÇÃO E PESQUISA**, SÃO PAULO, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.1590/S1517-97022003000100012](https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012).

GONZALEZ, LÉLIA. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. **REVISTA CIÊNCIAS SOCIAIS Hoje**, SÃO PAULO, p. 223-244, 1987.

JULIA, DOMINIQUE. LA CULTURE SCOLAIRE COMME OBJET HISTORIQUE. **PAEDAGOGICA HISTORICA: INTERNATIONAL JOURNAL OF THE HISTORY OF EDUCATION**, v. 31, SUPL. 1, p. 353-382, 1995. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://DOI.ORG/10.1080/00309230.1995.11434853](https://doi.org/10.1080/00309230.1995.11434853). ACESSO EM: 29 AGO. 2025.

LANNA, ANA LÚCIA DUARTE. **UMA CIDADE NA TRANSIÇÃO: SANTOS, 1870-1913**. SANTOS: HUCITEC, 1996.

LIMA, MONICA. HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA DIÁSPORA AFRICANA NA UNIVERSIDADE: ULTRAPASSANDO OS MUROS DA ACADEMIA. IN: CARDOSO, PAULINO DE JESUS FRANCISCO (ORG.). **HISTÓRIA DA ÁFRICA: BALANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. ITAJÁI: CASA ABERTA, 2017. v. 1, p. 117-140.

HOOKS, BELL. **ENSINANDO A TRANSGREDIR: A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE**. SÃO PAULO: WMF MARTINS FONTES, 2017.

MALERBA, JURANDIR. OS HISTORIADORES E SEUS PÚBLICOS: DESAFIOS AO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA ERA DIGITAL. **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**, SÃO PAULO, 2017.

MELLO, GISELE HOMEM DE. **EXPANSÃO E ESTRUTURA URBANA DE SANTOS (SP): ASPECTOS DA PERIFERIZAÇÃO, DA DETERIORAÇÃO, DA INTERVENÇÃO URBANA, DA VERTICALIZAÇÃO E DA SOCIABILIDADE**. 2008. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM SOCIOLOGIA) – FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 2008. DOI: 10.11606/D.8.2008.TDE-01122008-152645. ACESSO EM: 30 JUN. 2023.

MUNANGA, KABENGELE. **MESTIÇAGEM COMO SÍMBOLO DA IDENTIDADE BRASILEIRA**. EPISTEMOLOGIAS DO SUL. SÃO PAULO: CORTEZ, 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIBLIO.FFLCH.USP.BR/MUNANGA_K_MESTICAGEMCOMOSIMBOLODAIDENTIDADEBRASILEIRA.PDF](https://biblio.fflch.usp.br/MUNANGA_K_MESTICAGEMCOMOSIMBOLODAIDENTIDADEBRASILEIRA.PDF). ACESSO EM: 26 NOV. 2023.

NASCIMENTO, BEATRIZ. **O NEGRO VISTO POR ELE MESMO**. SÃO PAULO: UBU, 2022.

NÓVOA, ANTÓNIO. FIRMAR A POSIÇÃO COMO PROFESSOR, AFIRMAR A PROFISSÃO DOCENTE. **CADERNOS DE PESQUISA**, SÃO PAULO, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, DEZ. 2019.

O QUILOMBO DO PAI FILIPE, REI AFRICANO E BATUQUEIRO. INSTITUTO PROCOMUM. MEMÓRIAS, NARRATIVAS E TECNOLOGIAS, SANTOS. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://MAPAMNT.PROCOMUM.ORG/MAPA/O-QUILOMBO-DO-PAI-FELIPE-REI-AFRICANO-E-BATUQUEIRO/](https://mapamnt.procomum.org/mapa/o-quilombo-do-pai-felipe-rei-africano-e-batuqueiro/). ACESSO EM: 1 DEZ. 2023.

OLIVEIRA, MARIA AUGUSTA DE FRANÇA. **TUR-MOCHILANDO AFRO CULTURAS: CAMINHADA DOS QUILOMBOS HISTÓRICOS DO SÉCULO XIX NA CIDADE DE SANTOS.** [S. L.], 2022.

DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.INSTAGRAM.COM/AUGUSTADEFRANCAOLIVEIRA/](https://www.instagram.com/augustadefrancaoliveira/). ACESSO EM: 20 JUN. 2023.

OLIVEIRA, REINALDO JOSÉ DE (ORG.). **A CIDADE E O NEGRO NO BRASIL: CIDADANIA E TERRITÓRIO.** SÃO PAULO: ALAMEDA, 2013.

PEREIRA, A. M. "POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL!": OS MOVIMENTOS NEGROS NAS ESCOLAS E NOS CURRÍCULOS DE HISTÓRIA. IN: ABREU, MARTHA CAMPOS; CARVALHO FILHO, SILVIO DE ALMEIDA (ORGS.). **REVISTA HISTÓRIA HOJE.** DOSSIÊ: ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA. ANPUH BRASIL, v. 1, n. 1, JUN. 2012, p. 111-130.

PINI, FRANCISCA RODRIGUES DE OLIVEIRA. **EDUCAÇÃO POPULAR, DEMOCRACIA E ESTADO: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.** DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW2.FAAC.UNESP.BR/RIDH3/INDEX.PHP/RIDH/ISSUE/VIEW/3](https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/issue/view/3). ACESSO EM: 18 OUT. 2025.

ROLNIK, RAQUEL. TERRITÓRIOS NEGROS NAS CIDADES BRASILEIRAS: ETNICIDADE E CIDADE EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO. **ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS**, RIO DE JANEIRO, n. 17, p. 29-41, SET. 1989. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://RAQUELROLNIK.FILES.WORDPRESS.COM/2013/04/TERRITC3B3RIOS-NEGROS.PDF](https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territ3b3rios-negros.pdf). ACESSO EM: 01 DEZ. 2023.

SILVA, P. B. G. E. (2008). **APRENDER, ENSINAR E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL.** EDUCAÇÃO, 30(3). RECUPERADO DE: [HTTPS://REVISTASELETRONICAS.PUCRS.BR/FACED/ARTICLE/VIEW/2745](https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/2745).

TROUILLOT, MICHEL-ROLPH. **SILENCIANDO O PASSADO: PODER E A PRODUÇÃO DA HISTÓRIA.** TRADUÇÃO DE SEBASTIÃO NASCIMENTO. CURITIBA: COBOGÓ, 2024.

VIÑAO FRAGO, A. **HISTORIA DE LA EDUCACIÓN Y HISTORIA CULTURAL: POSIBILIDADES, PROBLEMAS, CUESTIONES.** REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, RIO DE JANEIRO, n. 0, p. 63-82, 1995.